

A (re)escrita da história da Farroupilha no final do século XIX: uma operação historiográfica

The (re)writing of the history of the Farroupilha at the end of the 19th century: a historiographic operation

Fabício Antônio Antunes Soares¹

fabicioantunessoares@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6132-803X>

Resumo: O artigo examina como a obra historiográfica *História da República Rio-Grandense*, de 1882, do político e historiador Joaquim Francisco Assis Brasil, representa uma virada na escrita da história sobre a Farroupilha. A partir da problemática de Angela Alonso sobre a geração de 1870, investiga-se como aquela obra histórica representou uma virada historiográfica e política na escrita da Farroupilha. Portanto, o objetivo é analisar como foi construída a narrativa sobre a Farroupilha no contexto de crise das instituições do Brasil monárquico. Para atingir tal objetivo, usa-se o conceito de operação historiográfica de Michel de Certeau, isto é, como a partir de uma análise do lugar social, da prática e da escrita se podem perceber as transformações na escrita da história sobre a Farroupilha. Por fim, vê-se que a obra analisada foi um objeto tanto de luta política como de virada teórica na escrita da Farroupilha.

Palavras-chave: História intelectual; história da historiografia; teoria da história; operação historiográfica.

Abstract: The paper examines how the historiographical work *História da República Rio-Grandense*, of 1882, by the politician and historian Joaquim Francisco Assis Brasil, represents a turning point in the writing of history about the Farroupilha. Based on Angela Alonso's problematic regarding the 1870 generation, I investigate how that historical work represented a historiographical and political turning point in the writing about the Farroupilha. Therefore, the aim is to analyze how the narrative about the Farroupilha was constructed in the context of crisis of the institutions of monarchical Brazil. To achieve this goal, the concept of historiographical operation of Michel de Certeau is used, that is, how, based on an analysis of the social place, the practice and the writing, one can perceive the transformations in the writing of history about the Farroupilha. Finally, it is shown that the work analyzed was an object of both political struggle and theoretical turn in the writing about the Farroupilha.

Keywords: Intellectual history; History of historiography; History theory; Historiographical operation.

¹ Professor colaborador do PPGHS/UEL, Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Campus Universitário – Rod. Celso Garcia Cid, km. 380 (PR-445) Cx. Postal 10.011 – CEP 86057-970 – Londrina – PR

1 Introdução

Este artigo analisa como *História da República Rio-Grandense*, obra publicada em 1882 pelo político, advogado e historiador Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938), é uma análise histórica que se articula à crise monárquica e, também, com um projeto político de superação do regime monárquico brasileiro centralizado (Alonso, 2000; 2002; Mello, 2004). Para isso, Assis Brasil reconstrói e retoma a história da Farroupilha² como uma forma de crítica à centralização política das instituições monárquicas.

Para a análise da obra, o artigo parte da hipótese levantada por Alonso (2000, 2002) de que no período final do Brasil monárquico formou-se uma nova geração de intelectuais que questionavam as instituições e os valores vigentes, e tal movimento político, a geração de 1870, precisava de sua própria representação historiográfica e literária do país.³ Essa nova geração de letrados buscava compreender a conjuntura que vivenciavam e conectá-la com sua atuação política. Disso, as inclusões de novos aspectos intelectuais se entendem como busca de novos recursos teóricos para suscitar uma explicação da crise social e proporcionar vias alternativas ao poder monárquico. “Este é o sentido do ‘positivismo’, do ‘cientificismo’, do ‘novo liberalismo’: são modalidades de crítica ao *status imperial*” (Alonso, 2000, p. 45). Portanto, as obras da geração de 1870 são respostas ao contexto de crise política e social da monarquia. Houve, consequentemente, uma reelaboração intelectual e política que provocava a manipulação do cânon de personagens, efemérides e símbolos nacionais do *status quo imperial*, além de uma busca, por meio da história, de edificar “uma tradição alternativa à elite imperial” (Alonso, 2000, p. 48) a partir de seu novo panteão, e, logo, movimentos republicanos de outrora, que foram esquecidos, eram recuperados. Acredita-se que a

hipótese de Alonso (2000, 2002) abre um horizonte de possibilidade interpretativa para a obra *História da República Rio-Grandense*.

Para alcançar o objetivo aqui proposto, o artigo se vale da operacionalidade analítica de entender a obra de Assis Brasil como uma operação historiográfica (Certeau, 2007, p. 65-119). Portanto, um dos caminhos desta investigação é saber como *História da República Rio-Grandense* se articula com o lugar social, com a prática e a escrita, em outras palavras, como é possível perceber a “operação historiográfica” na historiografia sobre a Farroupilha (Rodrigues, 2019; Soares, 2019; Zalla; Menegat, 2011).⁴ Assim sendo, ao examinar a escrita da história como uma operação historiográfica, isso significa analisá-la como a articulação entre a) um lugar social, b) práticas científicas e c) a escrita de um texto (Certeau, 2007, p. 66).

Para compreender a história da historiografia sobre a Farroupilha, parte-se do pressuposto de que qualquer investigação e narrativa histórica⁵ se encadeia com um(ns) lugar(es), uma(s) prática(s) e escrita(s) e, também, suas determinações tanto sociais e culturais como políticas e econômicas.⁶ Isso acarreta uma forma de proceder na historiografia limitada por condições inerentes ao lugar de sua produção. Esse é, então, um dos requisitos do desenvolvimento da operação historiográfica. Portanto, além de fornecer, por um lado, a solidez social à escrita da história, por outro lado, o lugar, a prática e a escrita também a tornam possível.

História da República Rio-Grandense foi escrito na província de São Paulo no início da década de 1880, sob os auspícios do Clube 20 de Setembro, instituição acadêmica (do curso de Direito, em São Paulo) que abrigava os republicanos sul-rio-grandenses (Sacco, 2013, p. 66-71). Esta obra historiográfica, no bojo do lugar de operação textual, apresentou uma nova visão da Farroupilha, diferente das memórias históricas publicadas até então⁷. Nela, há um entendimento positivo em relação ao movimento

² Optou-se denominar de “Farroupilha” o que é conhecido mais comumente por Revolução Farroupilha, Guerra dos Farrapos ou Guerra Civil Farroupilha, porque, ao se examinarem os conceitos, o predicado que a antecede já seria um definidor do sentido do fato e da postura teórico-metodológica do pesquisador. Assim, o conceito “Farroupilha” busca uma abertura fenomenológica para a investigação do conceito que representa o passado nele referido, o que possibilita uma hermenêutica vinculada ao mundo da vida representada no mundo do texto (Soares, 2016).

³ O diagnóstico intelectual do período de Alonso é pertinente para o artigo: “Dada a inexistência de um campo intelectual autônomo no século XIX, a experiência da geração de 1870 é diretamente política. Por isso adoto a dinâmica política como ângulo de análise. Ao invés de organizar textos e práticas conforme referências teóricas estrangeiras, inscrevo-os na conjuntura política local” (Alonso, 2000, p. 36).

⁴ Ademais, a Farroupilha, Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos, foi um conflito militar e político na Província de São Pedro entre 1835 e 1845. Ela faz parte de um duplo movimento histórico: a montante, faz parte das revoltas regenciais que assolaram o Império Brasileiro em seu início de consolidação e, a jusante, faz parte dos conflitos platinos que varreram essa região na constituição de seus Estados nacionais. Desse modo, a Farroupilha começou como um movimento de autonomia política da Província, como as demais províncias brasileiras, para um ano depois tornar a Província de São Pedro uma república separada do Brasil. Também, a Farroupilha tornou-se o pilar central da identidade do sul-rio-grandense pelas mais variadas práticas simbólicas ao longo de um século. Ver: Guazzelli (1998).

⁵ A narrativa, no caso deste artigo, reconstrói o tempo histórico no presente. Para Ricoeur (1994), pela junção de um sujeito e um predicado, algo é alegado sobre o sujeito da frase. Quando o romancista e o historiador narram, criam na obra o que foi a história. A narrativa, historiográfica ou literária, relata a vida de personagens em um enredo que produz a convergência a partir da divergência. Os indícios do passado, nas fontes e vestígios, adquirem sentido no enredo de uma narrativa, e, deste modo, um sentido é constituído para os fenômenos que surgem dispersos na linguagem. Assim, o mundo do texto, que a narrativa institui, é um dos lugares de sentido do passado.

⁶ Desse modo, pensar a Farroupilha como objeto historiográfico alude a que a historiografia é a obra de um *lugar* e, entre suas hierarquias e seus códigos, entre a seleção da documentação até a escrita do passado, o fazer do(a) historiador(a) é referente à estrutura da sociedade que permite e impõe os usos do passado no presente (Hartog; Revel, 2001).

⁷ As memórias históricas são: *Bosquejo histórico e documentado* (1841), *Negócios do Rio Grande* (1842), ambos de Saturnino Coutinho; *Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias* (1846), de Antônio Manuel Câmara; e *Guerra civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, de Tristão de Alencar Araripe (1881).

político e militar dos farroupilhas aberto pelo contexto de crise da monarquia e pelo contexto intelectual da geração de 1870. Contudo, a obra só foi possível porque sua operacionalização – o lugar, a prática e a escrita – foi no Clube 20 de Setembro, que era um espaço poroso à crítica monarquista. Desse modo, a Farroupilha, como as demais revoltas regenciais, era um passado que precisava ser repensado e positivado intelectualmente, dentro do projeto político e intelectual dos críticos da monarquia.

O presente artigo está dividido em quatro partes. A primeira investiga o contexto social e político do Brasil monárquico, entre a década de 1850 até a **década de 1880, período em que se ambientou a obra**. As segunda e terceira partes analisam o contexto intelectual em que foi escrito o livro de Assis Brasil. A **última parte** examina a prática e a escrita de *História da República Rio-Grandense*.

2 Contexto político e social da operação historiográfica

Após o período de consolidação do Estado imperial brasileiro, de 1831 a 1850, entrar-se-ia no período denominado o apogeu da monarquia, de 1850 a 1875. Depois, o período de 1875 a 1889 é conhecido como o momento de decadência da monarquia (Carvalho, 2012). Assim sendo, o poder do Partido Conservador desdobrou-se até 1853. Desse ano até 1862 prevaleceu a política da Conciliação. Na sequência, veio uma temporada liberal até 1868. Portanto, Dom Pedro II em 1853, tendendo a revogar a supressão dos liberais do poder, levou ao gabinete um político do Partido Conservador que delineava a suplantação dos conflitos políticos que cindiam o Império desde 1831. Para Mello (2004, p. 273),

*O Estado Imperial esforçou-se por criar uma nação brasileira para além do Estado territorial que a Independência e a superação das revoltas da Regência haviam configurado. Essa unidade geográfica, essas fronteiras definidas de um país tão amplo, era um fator de soberania, mas não a sua fonte. Isso já era coisa do passado. Agora, qualquer Estado devia se legitimar pela unidade **nacional**. Disto tiveram consciência os construtores do Império, valendo-se de ferramentas do Estado burocrático centralizado para incutir uma fidelidade a ele dirigida. Símbolos e rituais foram criados, instrumentalizou-se a literatura romântica, moldou-se uma narrativa oficial da nação.*

Logo após, a Conciliação, mesmo que de reduzida duração, transformou a estabilidade do campo político-partidário, que se deslocou no sentido de robustecer po-

liticamente o Partido Liberal. Em 1862, foi concebido um novo partido que reunia liberais moderados e conservadores dissidentes, a que se deu o nome de Liga ou Partido Progressista. Concomitantemente ao fim das insurreições e do temor da divisão do território, começaram embates sobre o caráter do sistema político. Liberais, progressistas e, após 1869, os radicais principiaram a questionar diversas particularidades das instituições monárquicas (Costa, 1999, p. 463-469). Só não questionavam o centro das instituições: a própria monarquia. Entretanto, essa dinâmica da vida política cessou-se por um evento começado no fim de 1864: a Guerra do Paraguai. Essa representação

[...] que a direção saquarema colou no imaginário coletivo – uma comunidade de três mundos –, revelou sua fraqueza quando mudanças estruturais esgarçaram suas bases. A experiência brasileira dessa incongruência tomou o nome de “reformas” ou de “questões”, que as “ideias novas” ajudaram a decifrar. Foram mudanças que disponibilizaram as mentes para novos arranjos, brechas pelas quais penetrou a cultura científica que vinha remodelar o antigo sentimento democrático que fora silenciado (Mello, 2004, p. 274).

Nesse período, os novos liberais e os radicais colocaram pela primeira vez a questão da eliminação da escravidão em seus programas partidários, sendo que a própria Guerra do Paraguai colaborara para essa transformação. Ademais, o Partido Conservador, ao voltar ao poder em 1868, enterrou a discussão da abolição, contudo os grupos liberais e radicais resgataram a questão da abolição ao fim do conflito. Outra decorrência do conflito com o Paraguai foi o início de um espírito de corporação entre os oficiais do exército. No ano do fim da guerra, em 1870, foi fundado o Partido Republicano. O manifesto do partido modificava a exigência de descentralização em declaração de federalismo (Costa, 1999, p. 469-472). Contudo, a matéria mais controvertida após 1870 foi a “questão servil”. Em 1871, foi aprovada a Lei do Ventre Livre no governo Rio Branco. A partir das leis de 1850 e de 1871, de forma imprecisa não entravam nem nasciam mais escravos no Brasil. Aparecia a conjuntura para o desenvolvimento de uma organização abolicionista, que se concretizara no início da década de 1880.

A cultura democrática e científica foi assimilada especialmente pelos marginalizados ilustrados: intelectuais, políticos, literatos, jornalistas e... militares. A lealdade deles não poderia se orientar para este Estado, para este reino dinástico, o que se revela na disposição de deixar a situação de súditos para viver a plenitude adulta de cidadãos. A cultura democrática e científica no Brasil

pensou a igualdade como o não privilégio, imaginando uma sociedade sem hierarquia. Tal igualdade devia fundamentar a soberania do Estado. Essa substituição de valores e símbolos, de linguagem e de semântica fala de uma “crise de direção”. O regime mantém sua dominação, mas vai perdendo a direção. [...] E é na rua que essa crise se manifesta agudamente. É aí onde ela aparece e circula. A rua, o mundo da desordem, o não-lugar do sistema, atrai agora para o seu espaço público e ouvidor, a Casa e o Governo. Nela perambulam as mulheres e as crianças da Casa; nela os políticos são saudados ou rejeitados. O parlamento se mostra sensível à rua, à opinião pública. A rua se faz o território livre e igual, a expressão da nação, onde todas as classes – inclusive os escravos – dividem um espaço comum (Mello, 2004, p. 275-276).

Ademais, o gabinete Rio Branco arrostando outros conflitos, agora em oposição à Igreja Católica. Replicando o empenho de romanização da Igreja, dois bispos brasileiros coibiram a frequência de maçons em irmandades religiosas. Em 1874, os dois bispos foram processados e condenados, o que deu ensejo a uma cruzada anticlerical na opinião pública (Costa, 1999, p. 455-57). O conflito com a Igreja uniu-se ao embate com os proprietários de escravos e terras que resultava na falta de apoio à monarquia. Para Carvalho (2012, p. 116), o ministério Rio Branco (1871-1875) foi o mais reformista do Império, e os últimos anos do Império caracterizaram-se pela lenta eliminação da escravidão, pelo aparecimento dos militares como atores políticos (Costa, 1999, p. 459-460) e pelo desenvolvimento da organização republicana (Costa, 1999, p. 457-459). Todos esses elementos cooperaram para a redução da força da monarquia diante dos grupos que exerciam grande influência na sociedade. Para piorar a circunstância, uma reforma eleitoral diminuiu a representatividade na Câmara.

O tema da abolição retornou à pauta política no princípio da década de 1880. Segundo Carvalho, a pressão não foi dos ingleses, nem do imperador dessa vez. Ela veio dos clubes, da imprensa, das ruas, das senzalas. A luta pela abolição saía do Parlamento para as ruas (Carvalho, 2012, p. 121). O abolicionismo converteu-se em um importante movimento popular (Alonso, 2015).

Também o orgulho militar nascido no decurso da Guerra do Paraguai manifestou-se em exigências e reclamações contra o governo. Segundo Carvalho (2012), na década de 1880 os antigos chefes militares haviam falecido e a nova geração cultivava mais fidelidade à corporação do

que aos partidos ou mesmo à monarquia e ela também se considerava disposta a afrontar a alta roda civil de bacharéis. No Brasil, poucos oficiais do exército procediam da nobreza ou das classes elevadas da sociedade e, assim, pela procedência social dos militares não haveria importância na sustentação da escravidão. É neste sentido que Mello (2004, p. 194) escreve:

No final do Império, colocam-se questões ligadas à nação, o que exigia uma redefinição da cidadania. A opção republicana se inscreve na busca de soluções para essa equação nova. Essas alterações profundas na sociedade e na economia vieram a questionar a legitimidade do sistema representativo, da configuração do poder e de sua organização administrativa, pressionando por reformas. Reforma é a palavra-chave, norteadora do debate, das desavenças e das buscas de caminho no período de desintegração progressiva do regime monárquico.

Enfim, estava se produzindo e reproduzindo o contexto de crise das instituições monárquicas que dá o ensejo a investigar, a partir da hipótese de Alonso (2000, 2002), a obra enfocada neste artigo.

3 O lugar social (I): as matizes republicanas

No Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1870 foi publicado, no jornal *A República*, o manifesto do movimento republicano no Brasil. O texto tinha em destaque as ideias de democracia e federalismo e continha críticas ao poder pessoal do imperador e sua interferência nos resultados eleitorais (Mattos, 2012). Ele fora assinado em sua maioria por dissidentes do Partido Liberal. A ausência de uma questão no manifesto chamava a atenção: ele não tocava no tema da escravidão, pois entre os republicanos não havia unanimidade sobre a matéria. Muitos dos republicanos eram abolicionistas convictos. Muitos outros eram grandes fazendeiros escravistas que combateriam a aceitação da lei do Ventre Livre. A grande maioria era da província de São Paulo, sendo que as demandas desta província e de outras mais periféricas se viam como mal representadas na rígida estrutura de representação da política imperial. A defesa do federalismo levou muitos deles para o campo reformista. Mas a situação começava a mudar⁸ e, ademais, com o rearranjo político nacional e

⁸ “A partir da década de 1870, surgia no Rio de Janeiro uma opinião pública baseada no crescimento dos setores médios urbanos, em uma imprensa crítica e em uma cultura política que passava a valorizar a ocupação dos espaços públicos. Nos cafés da efervescente rua do Ouvidor, no centro político do Rio, políticos, literatos, estudantes, artistas e jornalistas de todas as províncias e com todos os sotaques formavam uma caixa de ressonância que introduzia muitas novidades ao cenário político” (Mattos, 2012, p. 86).

regional, após a queda do gabinete liberal, em 1868, novas formas de representação do passado articularam a crise política do presente (Zilberman, 1998; Lazzari, 2004).

Na província de São Pedro, neste período, o lugar de produção intelectual de maior relevo foi o Partenon Literário, sob a direção de Apolinário Porto Alegre (Lazzari, 2004, p. 113), em que se cria uma nova memória sobre a Farroupilha (Soares, 2016). A geração dos letrados partenonistas estava voltada aos temas públicos do Estado e, sem ainda tomar o comando dele, valem-se de sua escrita para agir no processo político em curso, e, desse modo, é somente a geração republicana posterior, que comandaria o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), que assumiria a administração do Estado sulino.⁹ Os instrumentos de que os partenonistas dispunham eram ou jornais ou revistas literárias (Boeira, 2009). Também, junto com a crítica de que foram os precursores, os letrados do Partenon produziram contos, poemas e romances, gêneros por meio dos quais propagaram o seu ideário liberal, o apoio inicial ao republicanismo e, também, começaram a interpretar a Farroupilha diferentemente dos letrados monarquistas (Zilberman, 1998, p. 29-30). Enquanto os criadores do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP) tinham ligações com a monarquia (Lazzari, 2004; Boeira, 2009), o Partenon, constituído em 1868, era um lugar associativo de cunho não oficial e autônomo em relação às instituições do Império, e, por causa disso, nesta instituição tiveram repercussões as divergências políticas da sociedade local.

Nesse momento, cria-se na província uma nova narrativa sobre a Farroupilha, isto é, a partir de uma nova configuração na política provincial, grupos de interesse e parte da elite ligada aos liberais e republicanos têm, entre seus projetos de poder, uma demanda de reconfigurar e reescrever o passado da Farroupilha (Soares, 2016). Se para a geração farroupilha a luta armada foi uma forma de conseguir a autonomia ou a separação da província, para os novos liberais¹⁰ e, posteriormente, os republicanos-liberais e republicanos-positivistas do PRR (Love, 1975), o controle da memória sobre os farroupilhas foi uma maneira de buscar a autonomia política do Estado do Rio Grande.

Então, tem-se a partir desse período uma disputa em torno da interpretação legítima da Farroupilha, isto é, o projeto monarquista da nação centralizada começa a ficar poroso e enfrentar as primeiras adversidades públicas. Os republicanos, os militares, os abolicionistas e mora-

dores dos centros urbanos começam a questionar a vida política e social no Império. Logo, novos sujeitos sociais disputam com antigos o poder político-institucional, e tais grupos precisam de outra narrativa sobre o passado que os represente socialmente. Assim, há um contexto que reverbera a hipótese de Alonso (2000, 2002) e que auxilia a operacionalizar tal hipótese na obra de Assis Brasil.

Assim sendo, de modo geral, na década de 1880, uma nova geração de republicanos-positivistas entra na disputa política e toma o lugar político e estético de Apolinário e dos partenonistas. Será essa mesma geração que desbancará o Partido Liberal na Província. Em 1879, no discurso de onze anos do Partenon (Lazzari, 2004, p. 171-172), Apolinário apresentou aos seus companheiros de letras uma desoladora comparação do momento em que viviam com o distante 1868. Para ele, a atualidade seria uma época convulsiva e a culpa seria da invasão da filosofia materialista de Auguste Comte. Junto com esta situação “estava chegando ao fim o projeto literário do próprio Apolinário e do Partenon” (Lazzari, 2004, p. 172). A batalha pública sobre o passado se transferiria do campo das letras para o dos partidos.¹¹ Como observou Alonso (2002), haveria uma miríade de ideias em movimento neste contexto de crise monárquica. Assim, pode-se avançar com a hipótese de Alonso (2000, 2002), pois, na província sulina, havia diferentes ideias para diferentes grupos políticos.

4 O lugar social (II): o PRR e o Clube 20 de Setembro

No começo da década de 1880, a publicação de narrativas sobre a Farroupilha tornou-se objeto dos militantes do PRR (Grijó, 2006, 2010). Era uma ocasião de disputar com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), intelectualmente, e com os liberais, politicamente, a legítima explicação dos fatos e o domínio sobre a memória farroupilha. Assim, o que se alterava nesta etapa eram os protagonistas: saíam os letrados do Partenon e entravam os bacharéis recém-egressos dos bancos acadêmicos (Antoniolli, 2017).

O experimento histórico da República Rio-Grandense proporcionava ao republicanismo uma baliza instituidora, logo, uma história e uma tradição imaginada na qual se podia fundar a sua causa política (Saccol, 2013). Desse modo, foi preciso reinventar o passado republicano

⁹ Contudo, antes dos republicanos chegarem ao controle do Estado, “A ascensão do Partido Liberal na província, liderado por Gaspar Silveira Martins, se fazia acompanhar de confrontos e assassinatos políticos, ao mesmo tempo que construía as condições para selar um novo compromisso da elite dos grandes proprietários de terras da fronteira com o Estado Imperial, frustrando liberais mais radicais e republicanos” (Lazzari, 2004, p. 171).

¹⁰ Havia, conforme observou Piccolo (1979, p. 110), a presença de republicanos na década de 1870 no Partido Liberal.

¹¹ Jonas Moreira Vargas (2007) defende a hipótese segundo a qual eram as redes sociais e familiares, e não os partidos políticos, que disciplinavam as ações políticas da elite gaúcha nos últimos vinte anos do Brasil Império.

como ferramenta política que levaria à empreitada de tornar pública a memória de heróis e seus ideais, e, assim, os combatentes do PRR, que se fundava nas décadas de 1870 e 1880, depararam-se com o repto de organizar uma história escrita e estabelecer uma narrativa crível de ser apregoada pela imprensa. Os estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, que fizeram seus cursos preparatórios nas escolas particulares da capital rio-grandense na década de 1870, presenciando o auge da atividade do Partenon e conhecendo a propaganda republicana de Apolinário, decidiram assumir uma empreitada para escrever uma história concisa da Província. Almejavam concretizar uma obra de publicidade sobre a Farroupilha, a ser lançada a 20 de setembro, data do aniversário da revolução.

Em relação à produção histórica do IHGB (Cezar, 2003; Guimarães, 1995; Guimarães, 2011), os republicanos pretendiam escrever uma história científica, isto é, nos marcos da cientificação da produção histórica na esteira da geração de 1870. Era o alvo dos republicanos explicar o significado dos episódios históricos confrontando as decisões políticas com o caráter sul-rio-grandense tramado pelas influências naturais da raça e do ambiente (Antoniolli, 2017). Portanto, no momento histórico da Farroupilha, a Província estaria com sua personalidade despontando em integral pujança, nutrida pelos estímulos naturais que se encarregavam de conformar a feição do povo. A tática era instigar o sentido de uma identidade original entre os rio-grandenses para persuadi-los da ascendência do regime federativo sobre a centralização (Antoniolli, 2017). Os novos republicanos rio-grandenses da década de 1880 acreditavam poder estabelecer sua racionalidade e cientificidade e colocaram-se em ação para serem hegemônicos no comando do Partido Republicano (Lazzari, 2004, p. 232-233), pois o Partido Liberal no poder de 1878 até 1885 não alcançou se esquivar das iguais críticas que movera, quando na oposição, aos conservadores. Para Piccolo (1979), numa atitude de inércia, os liberais não conseguiram no governo o que exigiam na oposição. Na Província, as censuras ao Partido Liberal pela sua omissão não chegavam somente do Partido Conservador:

Partiam também de dentro do próprio partido liberal e dos republicanos. Uma nova geração de políticos fazia a sua entrada na Assembleia e muitos estavam imbuídos do republicanismo. Não aceitavam a acomodação do partido liberal e desafiavam a liderança autocrática de Silveira Martins. E, a partir de 1882 com a fundação do Partido Republicano Rio-Grandense e, principalmente, a partir de 1884, através das páginas

de A Federação, a hegemonia liberal, na província, começava a ser contestada (Piccolo, 1979, p. 114).

O Partido Republicano no Rio Grande do Sul apresentou dificuldades para estruturar-se. As tentativas feitas depois da publicação do Manifesto de 1870 não surtiram resultado. Integravam o PRR, sobretudo, jovens há pouco egressos da Academia de São Paulo, então um amplo núcleo difusor do ideal republicano (Antoniolli, 2017). Ali se fundara o Clube 20 de Setembro, filiando seu pensamento político ao dos farrapos, tal qual haviam feito os liberais e republicanos da geração anterior:

Júlio de Castilhos, que em pouco tempo assumira uma liderança incontestável dentro do partido, levando-o a abandonar a filiação ideológica ao Manifesto de 1870, discutiria pelas páginas de A Federação o direito, a que os liberais se haviam arvorado, de herdeiros do movimento farroupilha (Piccolo, 1979, p. 115).¹²

O Partido Republicano aproveitava-se dos entraves do sistema político imperial, explorando a sua pouca representatividade e a demasiada centralização. Fundado em 1882, quando o Partido Liberal tinha uma atitude acomodada ao *status quo* deixando de segurar a bandeira das reformas, teve consciência da nova realidade econômica e social da Província e procurou capitalizar politicamente os novos grupos sociais.

É este partido que virá a liderar a política sul-rio-grandense, assim como seus seguidores no campo das Letras irão dominar a literatura. Unidos num mesmo movimento, assiste-se à tomada paulatina do poder literário e político, rumo à consolidação da oligarquia por muitas décadas responsável pelos rumos da Província (Zilberman, 1998, p. 38).

Entre os integrantes do PRR que se dedicaram à escrita historiográfica da Farroupilha estava o jovem estudante de direito Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) (Antoniolli, 2017, p. 20-27; Saccol, 2013, p. 49-65). Para Love (1975, p. 31-32),

Assis, nascido em 1857 e herdeiro de extensas propriedades na Campanha, distingue-se na Faculdade de Direito por ser orador inflamado. Em São Paulo, contribuiu para a fundação do Clube Acadêmico Republicano, que servia de fórum para as denúncias veementes do monarquismo, do centralismo e do

¹² Ver: Grijó (2006, 2010).

Catolicismo [...] Rico, elegante e excelente orador, rapidamente adquiriu adeptos em sua terra natal, e sua eleição para a Assembleia Provincial, em 1884, parecia pressagiar a mais brilhante carreira de sua geração.

A pregação republicana marchava para saídas radicais, e alguns acadêmicos rio-grandenses, estudantes na Academia de São Paulo (Antoniolli, 2017, p. 28-52), agremiados no Clube 20 de Setembro, iriam desfechar críticas à ordem imperial (Antoniolli, 2017; Alonso, 2002). As obras escritas nessa época por Alcides Lima e Assis Brasil acentuam a preocupação de rever o passado rio-grandense à luz das ideias republicanas. O primeiro escreveu a *História popular do Rio Grande do Sul*, e o segundo, a *História da República Rio-Grandense*, publicadas em 1882, na data de aniversário da Farroupilha. Na intenção, constituem um só livro de tal modo se fundem e completam os planos a que obedeceram.

Portanto, esse projeto intelectual do Clube 20 Setembro, além da comemoração, busca uma nova interpretação da Farroupilha, que se vincula às suas pretensões políticas e intelectuais. Há uma luta por reconhecimento¹³ da memória dos farrapos entre os imperiais e os republicanos no final do século XIX. Assis Brasil (1981, p. VI) inicia o livro desta forma: “O clube Vinte de Setembro, composto dos estudantes republicanos rio-grandenses da faculdade jurídica de São Paulo, mandou imprimir esta obra para comemorar a imortal revolução do Rio Grande do Sul, no seu 47º aniversário, 20 de setembro de 1882”. Isto é, o reconhecimento de uma memória farroupilha oposta à monarquista nasce com a marca da comemoração da revolução e com um lugar de produção: o Clube 20 de Setembro (Antoniolli, 2017).

Também, na apresentação de *História popular do Rio Grande do Sul*, Lima (1983, p. 6) afirma: “A edição original deste livro foi impressa a pedido do clube VINTE DE SETEMBRO, composto dos estudantes republicanos rio-grandenses da faculdade jurídica de São Paulo, para comemorar a imortal revolução do Rio Grande do Sul no seu 20º aniversário, 20 de setembro de 1882”. Na introdução, declara:

O autor intenta unicamente apresentar aos seus compatriotas, em uma apreciação resumida e sintética, o conjunto da elaboração social e a concatenação dos elementos que predispueram o Rio Grande do Sul a

desligar-se do Império brasileiro, proclamando-se Estado Independente sob a forma de governo republicano. Nesse sentido a História Popular não é mais do que uma introdução necessária à História da República Rio-grandense. Ambos os trabalhos são frutos de uma mesma aspiração: comemorar a imortal Revolução de 35. O Clube Vinte de Setembro que as mandou executar deixou aos seus autores plena autonomia no modo de escrevê-las e de apreciar os fatos. Cumpre-me dar a esse mesmo Clube, que tão elevadamente compreende os seus deveres sociais, as explicações, que de algum modo esclarecem e motivaram as imperfeições deste trabalho que o mesmo Clube confiou-me (Lima, 1983, p. 9).

De modo semelhante ao livro de Assis Brasil, a *História popular* nasce sob o signo da comemoração da Farroupilha e tem um lugar de produção que possibilita e permite um tipo de escrita do passado: o Clube 20 de Setembro. Portanto, há um projeto político-narrativo do Clube 20 de Setembro sobre como escrever a Farroupilha (Antoniolli, 2017). Intentam o reconhecimento de uma outra interpretação da Farroupilha que se acomodasse a seu projeto político. Se juntamente almejam com o Partenon franquear outra memória à Farroupilha, diferente daquela dos partenonistas, os jovens do Clube 20 de Setembro tinham maior pretensão político-institucional. Por serem de uma geração posterior a Apolinário, também foram tributários de outras fontes teóricas e estéticas (Lazzari, 2004). Ademais, as ideias em movimento na Província do Rio Grande do Sul têm um lugar de propulsão: o PRR e o Clube 20 de Setembro. Assim, avança-se mais um pouco com a hipótese de Alonso e a metodologia de Certeau (2007); em outras palavras, as “ideias em movimentos” operam-se em lugares institucionais.

5 A escrita da história da Farroupilha: a reescrita republicana/positivista

5.1 A prática: a cientificidade e o meio cósmico

Para Assis Brasil, *História da República Rio-Grandense*¹⁴ é um empenho na direção das ideias que expôs,

¹³ E quando há luta por reconhecimento, pode-se pensar que “são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucionalmente e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades” (Honneth, 2003, p. 156).

¹⁴ Para Saccol (2013, p. 86), “O livro seria uma edição comemorativa ao 46º aniversário da Revolução Farroupilha, lançada sob encomenda do Club Vinte de Setembro, agremiação que reunia os estudantes gaúchos da Faculdade de Direito de São Paulo. A resolução inicial tomada pelo Clube era de que vários de seus integrantes escreveriam conjuntamente o livro, havendo mesmo uma prévia subdivisão de capítulos e dos estudantes que se responsabilizariam por sua escrita. Tratava-se de uma comissão de seis membros, composta por Júlio de Castilhos, Antônio Mercado, Homero Baptista, Alcides Lima, Assis Brasil e Eduardo Lima. Inicialmente a organização de um livro sobre a história da Revolução Farroupilha parece ter gerado uma intensa mobilização entre aqueles propagandistas. Júlio de Castilhos chegara a escrever a Apolinário Porto Alegre, pedindo-lhe que dispusesse algum material que pudesse ajudar na escrita”.

anteriormente, em *A República Federal*.¹⁵ É convicção do autor que as revoluções mais importantes que abalaram outrora o país “tiveram como causa principal a necessidade do sistema racional da federação” (Assis Brasil, 1981, p. VII). A revolução rio-grandense seria a mais característica dessas revoluções, pois nenhuma outra revolução brasileira colocou tão em risco a integridade nacional. Por isso, considerou-se com trabalho dobrado, pois, “além do de historiar os fatos, ainda o de tornar saliente a índole deles” (Assis Brasil, 1981, p. VII). Também, considerou importante para sua obra o livro de Tristão Araripe, pois “obra de grande mérito” que juntou elementos que andavam dispersos, embora Assis Brasil se considerasse em discordância com as ideias de Araripe e quanto à exatidão de alguns fatos (Saccol, 2013, p. 81-93). O aparecimento da obra de Araripe, no entanto, teve o valor de uma afronta aos republicanos, e por causa dele alguns planos de apresentar a versão ligada a uma narrativa republicana da Farroupilha foram colocados em curso.¹⁶

Ao contrário dos memorialistas ligados ao IHGB, ele afirmou: “Empreendo escrever a história da República Rio-grandense” (Assis Brasil, 1981, p. 1). Diferentemente deles, considera que o tempo das paixões passou ou pelo menos haveria uma ciência que produziria sentenças históricas verdadeiras, independentemente do posicionamento pessoal.¹⁷ Portanto, Assis Brasil, como pertencente à geração de 1870, considera necessário postular um novo método para a escrita da *História da República Rio-Grandense*:

Levados pela fatal mania de atribuir tudo a exclusiva influência dos indivíduos e nada às leis indefectíveis segundo as quais se efetua o movimento histórico, os escritores que se têm ocupado até hoje da revolução rio-grandense vão procurar-lhe as causas em fatos isolados e imediatos, que, perante uma indagação mais exigente e mais racional, exigirão por sua vez segunda e mais longa explicação. Divergindo fundamentalmente de método tão cômodo quanto infecundo, procurei esboçar, com a filiação histórica da série de sucesso cuja narração me proponho, as causas que me parece explicarem a sua origem e prolongamento (Assis Brasil, 1981, p. 2).

Segundo Assis Brasil, ninguém poderia desconhecer a eficaz influência que desempenha sobre as pessoas

o emaranhado de ocorrências físicas que as circundam: o *meio cósmico*. Esse entendimento é importante para compreender o Rio Grande: “onde os hábitos e as tendências dos habitantes, desde logo, sensivelmente se adaptaram a natureza específica do meio” (Assis Brasil, 1981, p. 3). Portanto, o autor começa fazendo uma descrição geofísica da Província. Ele descreveu as estações, a vegetação, o solo, as diferenças geográficas da Província, a altitude em relação ao nível do mar, as chuvas, a agricultura e as riquezas naturais. Ao Rio Grande do Sul nada falta, escreveu ele. E continua:

É uma terra que pode viver com luxo exclusivamente dos seus próprios recursos. Tudo ali é favorável à civilização e ao progresso [...] Quem nasceu e viveu nessa terra, em que a própria natureza tem um singular aspecto de máscula generosidade, não pode deixar de amá-la com amor fanático: já tornou-se proverbial a adoração do rio-grandense pelo seu torrão natal [...] com que ele a coloca acima de todas as províncias irmãs. Há terras assim, que exercem tal influência sobre os seus filhos – que os chegam a identificar consigo. Da adaptação do povo a esse conjunto de circunstâncias ambientes nasce para ele uma natureza correspondente. O caráter rio-grandense teve essa origem. É, pois, em primeiro lugar, na natureza física, no conjunto de circunstâncias que constituem o meio cósmico – que se encontram a primeira razão, a causa inicial, não direi só da revolução, mas também do modo por que ela se efetuou. Para fazer ressaltar a sanção deste asserto – bastará combinar as circunstâncias primordiais entre si e depois com os fatos supervenientes que com elas vieram entrar em colaboração (Assis Brasil, 1981, p. 13).

Claro que não só Assis Brasil manejava assim a historiografia em seu tempo. O peso da determinação do meio, tese do geógrafo alemão Karl Ritter (1779-1859) difundida nesta época, está presente em vários autores. Euclides da Cunha (1866-1909), em *Os sertões* (2016), reitera a determinação das “condições mesológicas” para explicar Antônio Conselheiro e Canudos.

Retomando a argumentação de Assis Brasil, no meio cósmico está a causa da revolução rio-grandense, e o caráter do rio-grandense é produzido na/pela natureza.

¹⁵ Para Saccol (2013, p. 82), “Assis Brasil publicou seu primeiro livro, *A República Federal* (1881), quando ainda era acadêmico da Faculdade de Direito. A obra circulou por vários espaços políticos na época, no que teve colaboração a solidariedade prestada pelos amigos, integrantes da *rede de letrados*”. E segue Saccol (2013, p. 82), dizendo: “*A República Federal* tratava de três temas relacionados e que demonstravam o ideário político de seu autor. A primeira parte contemplava as formas de governo, onde era ressaltada a superioridade da República e sua oportunidade no Brasil. Uma segunda parte era dedicada à federação, evidenciando a inclinação do Brasil para esse sistema administrativo e um último item trazia a defesa do sufrágio universal como forma de viabilizar a democracia”.

¹⁶ Além de Assis Brasil, outros escreveram livros historiográficos sobre a Farroupilha nesse período. Em 1882, vem à luz o livro de Barcelos, *A Revolução de 1835 no Rio Grande do Sul*. Fernando Luis Osório, em 1894, escreveu o primeiro volume da *História do general Osório*, que lhe rendeu um ano depois o ingresso no IHGB. Fernando Osório escreveu uma biografia sobre seu pai, o general Manuel Luis Osório. Dessa biografia há uma parte dedicada à Farroupilha intitulada “A Guerra Civil dos Farrapos”.

¹⁷ Saccol (2013, p. 78-92) mostra como a rede de relações de Assis Brasil o ajudou a coletar fontes para o livro.

As condições físicas e geográficas (o meio cósmico) são a razão de ser do rio-grandense e da revolução rio-grandense, portanto, o meio cósmico é apresentado como trama da explicação historiográfica. Depois de mostrar as circunstâncias primordiais, o autor passa a descrever os fatos supervenientes, isto é, a composição social, os povos que formaram esta província e o caráter de seu povo. Como o meio do Rio Grande é diferente, logo o povo é diferente e, assim, os elementos que formaram a população rio-grandense diferem muito dos que formaram as outras províncias do país. Para Assis Brasil (1981), formaram o Rio Grande os açorianos, os portugueses, os paulistas, os mineiros e os espanhóis, modificados da sua base original comum tanto pela influência do meio como do novo gênero de atividade econômica que exerceram. Para o autor, o comércio de africanos não foi feito com grandes vantagens no Rio Grande. O “sangue etíópico” não foi, na época da revolução, em quantidade suficiente que formasse na população uma influência decisiva. Também, em 1835 o “elemento aborígine” não cooperou na formação da população. A população rio-grandense, na época do “movimento de 1835”, foi produto dos elementos principais. Assim,

[...] o que é real [...] porque é um fato, – é que, fossem quais fossem as forças que agiram no princípio, delas saiu como resultante uma população duma plasticidade tal que rapidamente, em menos de quatro gerações, adaptou-se plenamente ao meio cósmico em que foi lançada e apresentou a mais frisante originalidade. Este é o fato culminante, que tenho por firme e inabalável. Quando a revolução de 1835 se foi preparando no ânimo da província, já esta possuía um caráter propriamente seu, usos, costumes e tendências característicos. Era mesmo esse o tempo da maior originalidade: as forças naturais haviam realizado a sua evolução completa e a civilização não lhes tinha ainda modificado os efeitos [...] Um fato que ressalta à mínima observação é que nesse trabalho a ascendência da natureza ambiente sobre a população foi muito pronunciada. Todas as características peculiares do povo, todos os seus hábitos e o próprio tipo de constituição física, estão na mais rigorosa correlatividade com as circunstâncias particulares do meio (Assis Brasil, 1981, p. 21-22).

Assis Brasil (1981) entendia que a posição astronômica da Província, as temperaturas contrastantes, o solo, a alimentação (carne), o mate amargo, as verdes campinas contribuíam para deixar, na alma do seu povo, a coragem, a força

extraordinária de que ela é cometida. Também a indústria,¹⁸ o trabalho nas estâncias, gerou, em todos, igual atividade de interesse. Ademais, o contato com os hispano-americanos codeterminou o tipo característico da Província, tanto pela efusão de sangue hispano-americano quanto pela imitação de costumes. Disso, ficaram resíduos consideráveis:

Foi dessa concorrência de circunstâncias, resumidamente exposta, – influência do clima, da natureza e aspecto do solo e da sua consequente capacidade produtora, plasticidade da população original, alimentação, indústria, contágio com a raça vizinha, – que germinou e cresceu o tipo distintivo dos rio-grandenses, esse tipo vigoroso e sólido que só por si bastava para explicar o estranho ímpeto da sua revolução (Assis Brasil, 1981, p. 33).

Mais duas causas secundárias, que derivaram daquelas, eram importantes: por um lado, o sentimento inato de orgulho e altivez e, por outro, o sentimento de independência. Logo, considerando todos esses fatos, “compreender-se-ão, sem esforço, a natureza e os efeitos dum movimento que partisse do coração desse povo por tal forma preparado por enérgicos precedentes” (Assis Brasil, 1981, p. 34). Por fim, ao refletir sobre sua escrita,

[...] o autor desta narrativa não tem o mínimo interesse em ocultar a verdade sobre fatos particulares do grande drama que escreve, porque está certo de que qualquer nódoa parcial seria iluminada e desfeita pela harmonia do conjunto, e mesmo porque o descrédito da causa de 1835 não seria para a causa de hoje. O interesse que há é o de dizer a verdade histórica, bebida de boa-fé nas melhores fontes (Assis Brasil, 1981, p. 136).

Assis Brasil (1981) propôs para sua escrita três coisas: imparcialidade, a busca da verdade histórica e – as duas anteriores baseadas na terceira – as fontes históricas. Em nenhum momento ele escreveu sobre a impossibilidade de se escrever a *História da República Rio-Grandense* e apenas produzir memórias históricas. Ele considerava-se escrevendo a história e não a memória da Farroupilha. Ora, Alonso (2002) mapeia essa transição teórica que a geração de 1870 produz na análise sociológica e historiográfica. Assim, a cientificidade e os pressupostos do meio cósmico estão, por um lado, mapeados na hipótese de Alonso (2000, 20002) e, por outro lado, a metodologia de Certeau propiciou percebê-los na escrita da história na obra de Assis Brasil (1981).

¹⁸ Por indústria o autor entende todo o gênero de atividade material de um povo.

5.2 A escrita (I): a Província frente à monarquia centralizadora

Assim sendo, para Assis Brasil (1981) a relação entre a Província do Rio Grande e o Império do Brasil também deve ser estudada para se entender as causas do fato revolucionário. Nessa indagação, o que em primeiro lugar percebeu o autor é a diferença entre o Brasil e o Rio Grande, pois não haveria província tão diferente do resto do país. Portanto, o que a ordem natural de coisas demandava era que as instituições que cobrissem o ordenamento político e social do país não fossem contrárias à sua natureza (Antoniolli, 2017, p. 78-93). Para Assis Brasil (1981), um sistema racional de instituições políticas deveria ser o espelho do meio sobre o qual se constitui, e foi isso o que o Brasil negou ao Rio Grande. As instituições e a legislação brasileira tentaram tornar uma parte igual ao todo a que “ela apenas por vínculos remotos de afinidade se ligava” (Assis Brasil, 1981, p. 36). Assim, a província fora amarrada ao centro por uma unidade mal entendida, pois “A lei teve o intento insensato de nivelar aquilo em que a natureza havia estabelecido uma sábia e harmônica desigualdade” (Assis Brasil, 1981, p. 36). O ajuste entre instituições e natureza é salutar, mas quando ocorre o contrário, a vitória neste embate é sempre da natureza. Por isso “os sucessos do Rio Grande foram uma triste comprovação desta verdade” (Assis Brasil, 1981, p. 36) e, contudo, as lições do Rio Grande não serviram a quem se destinavam. No momento em que o pensamento político e a compreensão da história se unem em Assis Brasil, este considerou:

Uma organização baseada nos elementos naturais, uma organização federativa, para dizer tudo, estabelecida no tempo oportuno, na qual os grandes órgãos deste extraordinário país exercessem livremente as suas funções próprias, cooperando livremente também para a vida do todo – teria aparado os reduplicados golpes que por vezes estiveram prestes a cortar para sempre o fio da integridade nacional. A liberdade é em tudo uma condição de vida e, por conseguinte, de ordem; quiseram substituí-la pela centralização atroficante; o resultado foi o que se viu: um protesto enérgico da natureza (Assis Brasil, 1981, p. 36-37).

Além disso, o medo do regresso ao período colonial, as atitudes suspeitas de agentes políticos que autorizariam a desconfiança, os presidentes que o governo do Rio de Janeiro mandava para a província tinham o defeito de não conhecerem o povo e a terra. A perda da Cisplatina consistiu em que “a fé na paternidade do governo geral estava perdida” (Assis Brasil, 1981, p. 42).

Como resultado dessa política imperial, a Província foi aniquilada e os “queixosos tinham toda a razão [...] O governo central promovia guerras, assolava a província, sugava as suas riquezas por todos os modos, utilizava os serviços dos seus valentes filhos” (Assis Brasil, 1981, p. 42). Os impostos foram elevados e agravaram a economia que deveriam proteger. Portanto,

[...] nunca foram tão evidentes os males da centralização, isto é, da ausência de liberdade. O governo central não conhecia as necessidades da província [...] não as sentia [...] por outro lado, a iniciativa local não existia, não podia existir num sistema em que toda a vida confluía para o centro (Assis Brasil, 1981, p. 46).

Por causa dessa centralização, não haveria infraestrutura básica na província, além de não haver escolas públicas. Portanto, os que conseguiam se ilustrar não toleravam a “governança madrasta” que arruinava a província. Os desgostos, os ressentimentos fermentavam, e

[...] o mal de que mais dolorosamente sofria a província era a falta de liberdade. Liberdade quer dizer o poder de viver soberanamente por si naquilo que só a si diz respeito. Estava rasgada a senda da federação. O povo não tardou em precipitar-se por ela [...] E este fenômeno foi geral em todo o Brasil (Assis Brasil, 1981, p. 47).

Enfim, na análise da escrita da *História da República Rio-Grandense* vêm à tona tanto o projeto político de Assis Brasil, do Clube 20 de Setembro, dos republicanos e da geração de 1870 quanto a Farroupilha como uma determinação do meio cósmico. Novamente, pela problematização da hipótese de Alonso (2000, 2002) perpassa a crítica ao centralismo do Brasil monárquico de Assis Brasil (1981) e pela metodologia de Certeau (2007), relativa à escrita, isso fica tangível.

5.3 A escrita (II): rumo à federação na/da Farroupilha

Após explicar o meio natural e a centralização da monarquia brasileira, caudal em que surgiram as causas da revolução rio-grandense, Assis Brasil (1981) passa aos acontecimentos da revolução, que seriam uma consequência do meio cósmico. Portanto, em 7 de abril de 1831 estavam frouxos os vínculos de autoridade, e começara por todo Brasil o fenômeno da desagregação. A abdicação de D. Pedro I “colocou mais pronunciadamente grande número de espíritos ao serviço dessa lei histórica. As forças da revolução receberão demasiado impulso progressivo; as forças

da conservação [...] operaram impelidas por extraordinário impulso retrogressivo” (Assis Brasil, 1981, p. 49).

Crescia na Província um sentimento de desgosto aos negócios públicos, e as lutas e rivalidades dos dois partidos antagônicos aguçaram o processo. Assim, os “patriotas rio-grandenses” reclamavam que a “facção retrógrada” impedia as reformas liberais de 7 de abril. Rodeados de tais suspeições e instigados pela disposição do país para rechaçar a uniformidade, os “patriotas rio-grandenses” não podiam sujeitar-se ao governo do centro, mesmo que fosse liberal. No Rio Grande surgiu o Partido Federalista. Este partido queria a autonomia das províncias ligadas pelo vínculo federal, de tal modo que esta teria sido a causa das revoluções no primeiro quartel da vida nacional e de que, “No Rio Grande, a federação era a ideia culminante dentre todas as aspirações liberais. Nada, porém, autoriza a crer que houvesse por esse tempo definidas convicções republicanas; antes o certo é que [...] a democracia era repelida por todos os patriotas liberais” (Assis Brasil, 1981, p. 54).

Por um lado, as ideias federalistas eram as mais adiantadas e também discutidas em sociedades secretas, na maçonaria e nos jornais. Por outro lado, o italiano Zambeccari era quem difundia por meio dos jornais as ideias republicanas; portanto, o influxo da *Jovem Itália* na província passou por ele. Na província, havia uma férvida luta dos partidos entre retrógrados e exaltados sobre o futuro do país, e, desse modo, Fernandes Braga, presidente provincial, neste clima de febre partidária acusou os liberais de querer separar a província da comunhão brasileira, o que, para Assis Brasil (1981, p. 73), foi um erro e uma injustiça:

[...] nunca os homens que fizeram a revolução pensaram, antes dela, na separação da província; tratavam sim de estabelecer a federação em todo o país, o que também era ideia comum a todos os brasileiros mais ilustres daqueles tempos. Esta interpretação é a que resulta duma infinidade de documentos privados e públicos.

A afirmação de Assis Brasil (1981) sobre o que foi a revolução rio-grandense está sustentada no procedimento historiográfico, isto é, só afirmou o que foi quando dispunha de sólida documentação; assim, ele cientificamente “comprovou” que a revolução rio-grandense não era separatista nem republicana, mas federalista. E mesmo após as circunstâncias obrigarem os rio-grandenses a se proclamarem independentes, em todos os atos oficiais do governo republicano sempre apareceu a ideia de federação.

Além disso, fatos relativos às repúblicas do Prata sempre interferiram na sorte da província. Rivera e Lavalleja, no Uruguai, e Rosas, em Buenos Aires, eram

personagens frequentes na política provincial com Bento Gonçalves e Bento Manuel. Para o autor, o presidente Braga e o marechal Barreto alimentavam o Partido Retrógrado que se opunha à reforma liberal e à federação. E para deter as forças retrógradas, os liberais escolheram seu líder: “todos olharam para Bento Gonçalves. Era de fato a figura mais saliente, a entidade real de toda província” (Assis Brasil, 1981, p. 86). Assim, tal era o estado geral de coisas que “os revolucionários tinham preparado maduramente o golpe irresistível” (Assis Brasil, 1981, p. 91).

Para Assis Brasil (1981, p. 113), também o espírito revolucionário tinha contaminado a província inteira e “era completa e absoluta a vitória da revolução”. Bento Gonçalves era aclamado como o libertador da província e, nesse momento, a paz era completa. Contudo, Braga chegou ao Rio de Janeiro pintando a revolução rio-grandense com cores medonhas. Assim o Padre Feijó, “sincero patriota”, tratou de sufocá-la. A ele, também, se deve o sangue derramado na província, além da inutilização das ideias salvadoras que os patriotas rio-grandenses plantaram na nação brasileira. Feijó nomeou Araújo Ribeiro novo presidente provincial. Para Assis Brasil (1981), Ribeiro era homem de grande firmeza em política e com tendências autoritárias e, ademais, Feijó não compreendeu a revolução rio-grandense, pois, ao querer fazer uma anistia geral, não entendia a causa real da revolução, que não era a deposição de Braga e Barreto, mas a federação.

Nesse momento da narrativa, Assis Brasil (1981) apoia a suspeita dos liberais em relação ao novo presidente e ao adiamento de sua posse. O argumento que o historiador usa é o processo contra o vice-cônsul de Hamburgo, pois com isso “o governo mostrava-se decidido a perseguir-los”. Assis Brasil (1981), com essa argumentação, atribui a continuação da guerra ao governo imperial, ao contrário do que sugeririam Araripe e outros memoria-listas que imputavam aos revolucionários a continuação da guerra. Na escrita da história de Assis Brasil (1981), os revolucionários queriam garantias de respeito à revolução de setembro e aos seus homens. No entanto, a contrarrevolução avançou liderada militarmente por Bento Manuel, que passou para o lado da reação. Com Bento Manuel, como chefe das armas da província, a atividade militar surgia de parte a parte com idêntico esforço. Acreditava Assis Brasil (1981) que a província inteira estava do lado dos rebeldes.

Para Assis Brasil (1981), o triunfo da República Rio-Grandense não foi total pelo fato de não dispor de uma marinha armada. Mas quase toda a população da província pertencia à revolução, e os que a combatiam eram de outras províncias, de Portugal ou outros países. Dentro do argumento, nada mais lógico, pois só quem era do meio saberia entender as necessidades do meio,

o que, portanto, daria legitimidade política à revolução. Logo, com o tratamento dado à província pelo governo regencial, haveria mais aceitação social deste movimento: “Todos perceberam logo e ao mesmo tempo que só havia um caminho que apresentava a saída de tantos embaraços: era separação da província do grêmio brasileiro, com cujo governo tornara-se incompatível qualquer harmonia. E assim solveu-se a crise” (Assis Brasil, 1981, p. 162).

Seguindo a narrativa, Antônio de Sousa Netto proclamou a República, pois tal pensamento já estaria penetrado no Partido Revolucionário. Conforme Assis Brasil (1981), acusaram Netto de querer arvorar-se em árbitro de uma população inteira, contudo “não pode haver acusação mais banal. Toda iniciativa há de partir de algum ponto. Não foi também o seu brado um rasgo de militarismo ou de caudilhagem. Netto e os que o cercavam eram cidadãos armados; não eram soldados” (Assis Brasil, 1981, p. 164). Percebe-se que esta é uma resposta de Assis Brasil à consideração de Tristão Araripe, que compreendia a revolução como militarista e caudilhesca e, também, sem presença nenhuma do povo em sua elaboração. Além disso, a revolução não se iniciou como republicana:

Os revolucionários, porém, apenas queriam a autonomia da província, sem que fosse roto o princípio da integridade da nação; entretanto [...] A independência e a democracia vieram fatalmente, como única solução das ideias liberais bem entendidas. Impuseram a vontade dos homens. Foi sempre esta a história das revoluções liberais: ou sucumbem debaixo da pressão reacionária, ou a lógica as arrasta a democracia legítima. Muitas vezes, os próprios homens que as servem não as compreendem, tiram-lhes o caráter social, o caráter amplo, para atribuir-lhes feições egoísticas e acanhadas. Mas os homens são instrumentos das ideias: trabalham por elas sem saber para que trabalham, sem apreender a conjunto de fatos a que se dirigem (Assis Brasil, 1981, p. 165).

Assis Brasil (1981) justificou a separação como uma fatalidade perante os acontecimentos, e, além disso, observa-se em sua escrita uma filosofia da história: os homens fazem história sem saber por que fazem, mas há um plano que perpassa a história a que os homens não

têm acesso, e não obstante suas ações, mesmo sem a consciência do fenômeno, cumprem esse fim preestabelecido da história (Boeira, 1980).¹⁹ Segundo o entendimento de Assis Brasil (1981), os homens são instrumentos das ideias federalistas de liberdade. Se nas memórias imperiais era o passado que controlava o presente, agora, a partir de Assis Brasil, é o futuro programado que o faz (Koselleck, 2006).

Voltando à narrativa, enquanto Netto proclamava a República, Bento Gonçalves sitiava a Capital. Porém, por falta de forças, Bento Gonçalves resolveu voltar à campanha. Em seu encalço vinha Bento Manuel, que aderira aos legalistas. Para Assis Brasil (1981, p. 172), “a indecisão foi sempre o lado fraco de Bento Gonçalves” e um dos motivos do fracasso em Fanfa. O que chamou a atenção neste caso não foi a batalha em si, mas a questão se houve ou não capitulação (Assis Brasil, 1981 p. 175-79). Diferentemente de Araripe (1986), para Assis Brasil (1981) o que houve foi capitulação. O autor sentiu-se admirado que um fato como o de Fanfa fosse até sua época um tema controverso. Muitos argumentavam que Bento Gonçalves se rendeu à discricão²⁰ e que nunca houve provas da existência da capitulação. Porém, o acontecimento de Fanfa veio aumentar a tenacidade dos republicanos e reafirmar que a revolução rio-grandense não era caudilhistas:

O fervor com que a luta recomeçou e recrudescu bem evidenciava que era unânime e acorde, espontâneo e natural o sentimento que movia esses homens, arrastados por convicções, bem ou mal fundadas – não importa –, mas que certamente não seguiam as imposições dum caudilho, porque a ausência desse caudilho não sufocou, antes alentou e impeliu o primitivo ímpeto (Assis Brasil, 1981, p. 183).

Araripe (1986) afirmou que a Farroupilha era uma revolução de caudilhos, o que Assis Brasil (1981) negou.²¹ E assim, querendo afirmar o caráter popular da revolução, ele escreveu que “de toda parte concorria o povo para Piratini, muitos vinham pela consideração da segurança pessoal e todos pelo desejo de tomar parte na constituição da república” (Assis Brasil, 1981, p. 184-185). O povo se aglomerava dentro e fora da Câmara de Piratini para presenciar a independência e a república,

¹⁹ É importante notar a influência de Henry Buckle e Hippolyte Taine em Assis Brasil. Buckle e Taine pensam a historiografia como uma epistemologia semelhante à das ciências naturais, uma visão da história como ciência generalizadora, a história como progresso e um confronto entre as sociedades humanas e o meio geofísico. Em especial, Assis Brasil usa Taine e dele toma seus três passos metódicos, de acordo com os quais a história deveria ser analisada a partir de três fatores: a) o meio geofísico; b) a raça; c) o momento histórico.

²⁰ Entregar-se incondicionalmente.

²¹ A dimensão política de sua escrita foi a de ser “Considerada uma resposta ao estudo de Araripe, muito mais refinada e coerente do que as que até então se publicaram na província, pois contesta diretamente seu argumento principal, de que a unidade nacional estava acima de questão da forma de governo e que nas condições brasileiras a monarquia centralizada era sua única garantia. Assis Brasil busca provar o contrário, mostrando que era o governo imperial, ao impor sua autoridade às províncias, quem ameaçava a integridade do país, pois aquele seria um sistema de governo inadequado à índole dos diferentes povos que o compunham, especialmente o rio-grandense” (Lazzari, 2004, p. 222).

que foi o último recurso que tiveram os patriotas diante da perseguição do governo brasileiro. Este, com seus erros políticos, precipitou os rio-grandenses para fora do teto em que nasceram. Portanto, “começou o povo a depositar na urna seu sufrágio” (Assis Brasil, 1981, p. 189-190) para decidir o presidente da república. Nisso, ao contrário de Araripe, o militarismo em nada influiu. Enfim, “o que tenho até aqui historiado não é mais do que o prólogo da tragédia cujas cenas se vão desdobrar ainda [...] sem nunca macular, antes engrandecendo e exaltando, até o último momento, a honra do generoso povo que a erigiu e sustentou” (Assis Brasil, 1981, p. 191).

Não é mais memória e agora, contra o IHGB, logo, contra a monarquia, é a História. A revolução é do povo e não dos caudilhos, pois o meio cósmico fez o povo desta maneira.²¹ Assis Brasil inicia a contraposição federalista e cientificista à interpretação centralista da monarquia (Alonso, 2002). Pertencendo a uma geração crítica da monarquia, seu horizonte foi a república federal e o Clube 20 de Setembro foi o lugar onde operou o seu texto historiográfico (Certeau, 2007).

6 Conclusão

História da República Rio-Grandense, livro de Assis Brasil, diferentemente da escrita histórica vinculada ao IHGB, centra sua explicação histórica em uma estrutura geofísica, o meio cósmico, que pretende que seja o princípio da explicação das ações dos personagens, isto é, descobre-se qual o suporte geofísico que seria o elemento constante e repetitivo e a partir do qual se prevê a ação humana. Assis Brasil faz o que estava se tornando habitual no período, a introdução do cientificismo europeu na historiografia brasileira (a partir da geração de 1870), a busca pelas causas naturalistas do agir e, também, junto com a explicação historiográfica, a introdução das filosofias da história, ou seja, a história como tendo um fim predeterminado a cumprir.

No caso de *História da República Rio-Grandense*, o fim para o qual deveria culminar a história seria a criação de uma sociedade brasileira que atingiria a liberdade, lutando contra o inimigo da liberdade, o centralismo da Corte, a partir da ideia do federalismo e, após, chegando a um sistema federalista. E o Rio Grande do Sul, a partir da Farroupilha, foi a principal província, sobretudo por suas condições cósmicas, a ser a portadora desse projeto federal de liberdade nacional. E finalmente, além desse diferencial teórico, tinha-se uma “História” da Farroupilha. Não haveria mais uma história *magistra vitae* articulada

a outros elementos da cultura histórica, a exemplo das memórias históricas anteriores; foi Assis Brasil quem forneceu as primeiras sentenças convictas da história moderna sobre a Farroupilha.

Por fim, é possível concluir que a interpretação aqui proposta sobre *História da República Rio-Grandense* coaduna-se com a hipótese levantada a partir do trabalho de Alonso (2000, 2002), isto é, tal obra foi uma crítica política à monarquia centralista e, também, Assis Brasil usou da teoria histórica à sua disposição, a partir da geração de 1870, para criar uma intriga em que a Farroupilha seria a precursora de um futuro no qual o federalismo seria a conclusão de uma meta, e, logo, essa história só foi escrita e publicada porque havia um contexto intelectual e político que a tornava possível – o Clube 20 de Setembro.

Referências

- ALONSO, Angela. 2000. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(44):35-55.
- ALONSO, Angela. 2002. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 392 p.
- ALONSO, Angela. 2015. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo, Companhia das Letras, 288 p.
- ANTONIOLLI, Juliano Francesco. 2017. “Tão longe quanto a previsão científica possa alcançar”: a experiência do tempo da geração republicana da Faculdade de Direito de São Paulo (1878-1882). Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 248 p.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. 1886. *Guerra civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Porto Alegre, Corag, 250 p. Original (1881).
- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. 1981. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre, ERUS. p. 220. Original (1882).
- BOEIRA, Luciana Fernandes. 2009. *Entre história e literatura: a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado em História, IFCH/UFRGS, 198 p.
- BOEIRA, Nelson. 1980. O Rio Grande do Sul de Augusto Comte. In: José DACANAL; Sergius GONZAGA (org.), RS: *Cultura e ideologia*. Porto Alegre, Mercado Aberto, p. 38-59.
- CARVALHO, José Murilo de. 2012. A vida política. In: José Murilo de CARVALHO (org.). *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro, Objetiva, p. 83-130.
- CERTEAU, Michel. 2007. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 345 p.
- CEZAR, Temístocles. 2003. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX: Ensaio de história intelectual. In: Sandra PESAVENTO (org.), *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, p. 173-208.
- COSTA, Emília Viotti da. 1999. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo, Fundação Editora da Unesp, 490 p.

²¹ Luigi Nascimbene (2009), escrevendo em 1860, em parte concorda com isso, aceita a tese do meio, mas pensa que esse meio só pertence à fronteira da Província com o Prata.

- CUNHA, Euclides. 2016. *Os sertões*. São Paulo, Ubu Editora, 700 p.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. 2006. Articuladores do Partido Republicano apropriam-se da “Revolução”. *Humanas: Revista do IFCH/UFRGS*, Porto Alegre, 28(2):11-30.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. 2010. A elite do Partido Republicano se apropria da “Revolução”. *Revista História Unisinos*, 14(1):29-37.
- GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. 1998. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado em História, UFRJ/IFCS.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. 1995. Debaixo da imediata proteção de sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 156(388):459-613.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. 2011. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 276 p.
- HARTOG, François; REVEL, Jacques. 2001. Note de conjuncture historiographique. In: François HARTOG; Jacques REVEL (sous la direction), *Les usages politiques du passé*. Paris, EHEES, p. 13-24.
- HONNETH, Axel. 2003. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 296 p.
- KOSELLECK, Reinhart. 2006. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto; Ed. PUC-Rio, 366 p.
- LAZZARI, Alexandre. 2004. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860/1910)*. Campinas, SP. Tese de Doutorado em História, Unicamp/IFCH, 363 p.
- LIMA, Alcides. 1983. *História popular do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 201 p. Original (1882).
- LOVE, Joseph. 1975. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 30*. São Paulo, Perspectiva, 282 p.
- MATTOS, Hebe. 2012. A vida política. In: Lilia Moritz SCHWARCZ, *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro, Objetiva, p. 85-132.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. 2004. *Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 294 p.
- NASCIMBENE, Luigi. 2009. *Tentativa de independência do estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, CiaE, 386 p. Original (1860).
- PICCOLO, Helga. 1979. A política rio-grandense no Império. In: José DACANAL; Sergius GONZAGA, *RS: Economia e política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, p. 93-118.
- RICOEUR, Paul. 1994. *Tempo e narrativa*. Campinas, Papirus, tomo I, 327 p.
- RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. 2019. Entre a geração crítica e o giro linguístico: contribuição à história da historiografia sul-rio-grandense. In: Fabrício Antônio Antunes SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. 2013. *Um propagandista da república: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 210 p.
- SOARES, Jefferson Teles MARTINS, *História e historiografia sul-rio-grandense*. Criciúma, EdUnesc, p. 9-27.
- SOARES, Fabrício Antônio Antunes. 2016. *Farrapos de estórias: romance e historiografia da Farroupilha (1841-1999)*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica (PUCRS), 323 p.
- SOARES, Fabrício Antônio Antunes. 2019. História das narrativas da Farroupilha. In: Fabrício Antônio Antunes SOARES; Jefferson Teles MARTINS, *História e historiografia sul-rio-grandense*. Criciúma, EdUnesc. p. 33-54.
- VARGAS, Jonas Moreira. 2007. *Entre a Paróquia e a Corte: Uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado em História, IFCH/UFRGS, 279 p.
- ZALLA, Jocelito; MENEGAT, Carla. 2011. História e Memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 31(62):49-70.
- ZILBERMAN, Regina. 1998. *Roteiro de uma literatura singular*. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 168 p.

Submetido em: 06/01/2022

Aceito em: 02/04/2022